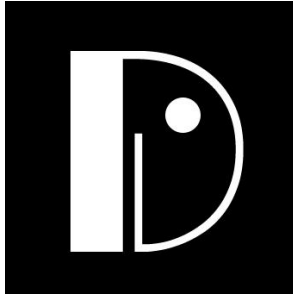




vol.1 n°2



DISSONÂNCIA

DOSSIÊ TEORIA CRÍTICA E FEMINISMO

VOLUME 1, NÚMERO 2, DEZEMBRO/2017

INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS (IFCH)
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS (UNICAMP)



DISSONÂNCIA

Revista de Teoria Crítica do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)

ISSN: 2594-5025

EDITORAS-CHEFES RESPONSÁVEIS PELO NÚMERO: Inara Luísa Marin, Ingrid Cyfer, Mariana Teixeira, Bruna Batalhão.

EQUIPE EDITORIAL: Adriano Márcio Januário, Bárbara Santos, Fernando Bee, Olavo Ximenes, Rafael Palazi, Raquel Patriota, Ricardo Lira.

CORPO EDITORIAL CIENTÍFICO: Alessandro Pinzani (Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil) – Andrew Feenberg (Simon Fraser University, Canada) – Arnold Farr (University of Kentucky, Estados Unidos) – Clodomiro Bannwart (Universidade Estadual de Londrina, Brasil) – Daniel Peres (Universidade Federal da Bahia, Brasil) – Denílson Werle (Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil) – Emmanuel Renault (Université Paris-Ouest Nanterre La Défense, França) – Erick Calheiros Lima (Universidade de Brasília, Brasil) – Everaldo Vanderlei de Oliveira (Universidade Federal de Sergipe, Brasil) – Felipe Gonçalves Silva (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil) – Gustavo Leyva Martínez (Universidad Autónoma Metropolitana, México) – Hélio Alexandre da Silva (Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Brasil) – Hélio Ázara de Oliveira (Universidade Federal de Campina Grande, Brasil) – Isabelle Aubert (Université Paris I – Panthéon Sorbonne, França) – Jaeho Kang (University of London, Inglaterra) – John Abromeit (The State University of New York) – Josué Pereira da Silva (Universidade Estadual de Campinas, Brasil) – Katia Genel (Université Paris I, França) – Marcos Nobre (Universidade Estadual de Campinas, Brasil) – Miriam Madureira (Universidade Federal do ABC, Brasil) – Olivier Voirol (Université de Lausanne, Suíça) – Peter Erwin – Jansen (Hochschule Koblenz, Alemanha) – Robin Celikates (Universiteit van Amsterdam, Holanda) – Sérgio Costa (Freie Universität-Berlin, Alemanha) – Simon Susen (City University London, Inglaterra) – Stefan Klein (Universidade de Brasília, Brasil) – Stefano Giacchetti (Loyola University Chicago, Itália) – Yara Adario Frateschi (Universidade Estadual de Campinas, Brasil).

DIAGRAMAÇÃO E CAPA: Fernando Bee.

IMAGEM DA CAPA: Caroline Gaspar.

PARTICIPANTES DO VOLUME

Adriana P. Matos é mestranda em Filosofia pela Universidade de São Paulo e pesquisadora do Núcleo Direito e Democracia do CEBRAP

Ana Catarina Pereira é professora auxiliar na Universidade da Beira Interior

Beatriz Rodrigues Sanchez é doutoranda em Ciência Política pela Universidade de São Paulo

Cynthia Kraus é professora da faculdade de ciências sociais e política da Université de Lausanne

Danielle Petherbridge é professora de filosofia na University College Dublin

Estelle Ferrarese professora de moral e política na Université de Picardie Jules-Verne/ CURAPP-ESS

Gislene Aparecida dos Santos é professora livre-docente da Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH) da Universidade de São Paulo (USP)

Jéssica Omena Valmorbida é doutoranda em Filosofia pela Universidade de São Paulo

Olivier Voirol é professor de ciências sociais e política da Université de Lausanne

SUMÁRIO

EDITORIAL

Apresentação.....	8
Ingrid Cyfer, Inara Marin, Mariana Teixeira, Bruna Batalhão	

ARTIGO CONVIDADO

O positivo e o político: Iris M. Young e o projeto da teoria crítica.....	14
Olivier Voirol	

ARTIGOS

Diálogos entre a teoria e a prática social: Seyla Benhabib e a fundamentação normativa da crítica.....	50
Adriana P. Matos	
Contestando os limites do político: o lugar da representação na teoria crítica feminista.....	74
Beatriz Rodrigues Sanchez	
Benhabib e um espaço público para sujeitos concretos.....	105
Jéssica Omena Valmorbida	

TRADUÇÕES

Como se coalizar? Corpos aliados e democracia.....	130
Cynthia Kraus	

O que há de crítico na vulnerabilidade? Repensando interdependência, reconhecimento e poder..... 145

Danielle Petherbridge

(Re)fazer a Teoria Crítica: por uma (re)leitura feminista..... 176

Estelle Ferrarese

RESENHA-ENSAIO

Justiça e inclusão: Desafios contemporâneos aos movimentos feministas, na perspectiva de Iris Young..... 195

Ana Catarina Pereira

ENTREVISTA

Quais são os desafios para as intersecções entre feminismo e raça? Entrevista com a professora Gislene Aparecida dos Santos..... 210

Natália Neris, Fernando Bee

QUAIS SÃO OS DESAFIOS PARA AS INTERSECÇÕES ENTRE FEMINISMO E RAÇA? ENTREVISTA COM A PROFESSORA GISLENE APARECIDA DOS SANTOS

ENTREVISTADORES: Natália Neris e Fernando Bee

A Dissonância propôs uma entrevista à professora Gislene Aparecida dos Santos com um objetivo duplo: o de convidá-la a apresentar seu trabalho e sua posição acerca dos desafios enfrentados por pesquisas que procuram interseccionar problemas de gênero e raça. Ela escolheu responder de maneira mais extensa uma das três questões que propomos, no entanto, de modo algum deixou de lado as outras duas, que tocavam na influência da filosofia moderna na representação da mulher negra e na situação das vítimas de crimes raciais. A questão escolhida por ela foi a seguinte: *quais são os desafios para se pensar uma teoria no campo das ciências humanas que leve em consideração as intersecções entre feminismo e raça?* Esperamos que as leitoras e os leitores aproveitem essa resposta precisa e rica apresentada pela professora Gislene Aparecida dos Santos, livre-docente da Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH) da Universidade de São Paulo (USP).

GISLENE APARECIDA DOS SANTOS: A revista *Dissonância* convidou-me a responder três questões bastantes complexas. Optei por discutir somente um dos temas propostos que é o “*dos desafios para se pensar em uma teoria, no campo das ciências humanas, que leve em consideração as interseções entre feminismo e raça*”.

Antes de mais nada, é preciso esclarecer a formulação da questão. A palavra teoria, de origem grega, significa o ato de examinar algo para conhecê-lo. Aprendemos que, na origem filosófica, esse termo indicava o ato de conhecer sem considerar o uso que esse conhecimento teria (o que em filosofia significa uso instrumental, aplicação prática ou questões técnicas). Ou seja, teoria dizia respeito ao exercício do ato de pensar, refletir, raciocinar, voltado ao exame dos próprios conteúdos que podem ser entendidos (ou vistos) pelos olhos do espírito ou da razão, quais sejam: ideias, conceitos, essências.

Hoje, de modo mais abrangente, os dicionários definem teoria como o conjunto de ideias organizadas que discorrem sobre um determinado tema; ou leis e regras sistematizadas que explicam fenômenos (ou os criam, se levarmos em conta que os fenômenos somente podem ser compreendidos dentro dos limites das próprias teorias que os alcançam, aprendem).

Talvez seja difícil conceber o feminismo como uma teoria no sentido clássico do termo. Mas é totalmente possível concebê-lo como teoria no sentido contemporâneo. Seria bastante aceitável defini-lo (em vez de como um substantivo) como a teoria cujo foco seja o de pensar os fenômenos sociais (políticos, econômicos, culturais, de direito e de justiça) que circundam, determinam e definem o ser mulher, a entidade mulher, em cada momento da história, buscando, ainda, explicitar as formas de opressão que as afetam e se fazem presentes nas diferentes sociedades e culturas.

Existem várias teorias nomeadas como feminismo (feminismo crítico, feminismo negro, feminismo liberal, feminismo radical, e esses são somente alguns exemplos). Os modos de interpretar/explicar os fenômenos podem variar de acordo com o próprio escopo de cada uma dessas teorias. Por exemplo, o feminismo negro irá se ocupar intensamente dos aspectos interseccionais entre raça e gênero que não foram observados pelo feminismo liberal.

Por estar intimamente associado à explicação dos fenômenos de opressão das mulheres, o feminismo (de um modo geral) tem sido lido como ação política e ativismo no sentido de luta por reconhecimento de direitos e denúncia de violências. E, muitas vezes, se despreza a sua importância como teoria (ou teorias, como vimos) que operam críticas radicais às estruturas que reproduzem e reiteram a supremacia masculina.

Se feminismo é aceito como teoria, raça não o é. Raça pode ser entendida como categoria, conceito ou ideia. Há inúmeros textos e autores que explicam os sentidos dados à palavra raça quer como ideia, quer como conceito, quer como categoria de análise. Uma discussão complexa demais para ser resumida em poucas linhas.

Hoje, já existem teorias que tratam de compreender os fenômenos que afetam a quem pertence, simultaneamente, aos dois grupos sociais: o das mulheres e o dos negros. Com esse objetivo, Kimberlé Crenshaw (em 1982) criou o conceito de interseccionalidade para nomear uma realidade que já era discutida por outras autoras como Angela Davis (em 1981) e pelas ativistas e pensadoras do Combahee River Collective (1974-1980). Penso que tenha havido enormes dificuldades para se desenvolver esses trabalhos que consideraram a intersecção entre raça, classe, gênero. Parte desta dificuldade se associa ao modo como, tradicionalmente, entendemos o processo de produção do conhecimento.

Ora, desde Descartes, é afirmado que o sujeito que conhece deve se despir de tudo o que é sensorial, corporal, para alcançar a verdade de modo lógico e racional. Esse conhecimento somente é alcançado por meio de um método rigoroso que orienta o pensamento para longe das interferências externas ao próprio ato de pensar. Aprendemos, portanto, que o conhecimento adequado é esse praticado por um sujeito não corporificado, que busca afastar-se de tudo aquilo que venha dos sentidos.

Já os autores da área dos estudos pós-coloniais foram categóricos ao afirmar que toda a epistemologia moderna teria advindo da ideia de que haveria um centro de observação que seria neutro, não etnizado, universal, não localizado. Um ponto a partir do qual se observaria sem, contudo, ser observado, se veria sem jamais ser visto. Um tipo de conhecimento que associaria a objetividade e a cientificidade ao pressuposto de que o observador não faz parte do que é observado. O observador que pensaria e criaria teorias não poderia coincidir com aquilo que seria observado e investigado por ele.

Influenciado por essa lógica, um dos questionamentos mais frequentes acerca das teses realizadas por mulheres, negros e mulheres negras – quando se dedicam a estudar o racismo, o sexismo, a supremacia branca e masculina – é que o produto de suas pesquisas seria puro ativismo. Considera-se que eles estariam profundamente envolvidos com o tema (sendo sujeito e objeto das investigações) e não teriam qualquer isenção para discuti-lo. Não seriam, assim, capazes de agir cientificamente, com neutralidade, buscando a verdade, ou seja, não seriam capazes de seguir o método filosófico racional.

Refuto esse argumento e concordo inteiramente com Linda Alcoff quando afirma que a filosofia ocidental opera dentro de um tipo de esquizofrenia acerca do que é corpóreo. Muitos filósofos

consideraram as diferenças de gênero e raça para definir quem teria habilidades intelectuais, capacidades para o autogoverno, para a produção de cultura e civilização.

Desde Aristóteles, as mulheres são associadas à imperfeição, aquilo que é incompleto, à incapacidade do conhecimento pleno, à necessidade de serem tuteladas, ao corpóreo, por natureza, inferior ao anímico. As mulheres sempre foram vistas como seres da natureza e não da cultura, suscetíveis às tentações dos sentidos e ao mal. As iconografias, quando representavam mulheres negras, as retratavam como demônios, ou como adoradoras dele. No período medieval, a cor negra era associada ao diabo e a exegese cristã utilizada para justificar a escravização de povos africanos que passaram a ser definidos pela cor preta, como negros, considerados pecadores, sem alma, incapazes de reflexão e determinados, pela lei natural, à escravidão. Ao longo do Renascimento, não faltaram autores que fechassem os olhos à escravização. Na Modernidade e Iluminismo, filósofos que defendiam a plena racionalidade dos europeus, também se ocupavam em explicar a completa inferioridade dos negros e das mulheres. E o século XIX, sabemos, foi prodigioso na construção de teses que expunham uma representação negativa de todo continente africano.

Nesses momentos, o corpo, o contexto, a história, foram evocados para definir a inferioridade dos negros e das mulheres. Mas, quem os evocava (pensadores, filósofos, cientistas) se consideravam despojados de seus corpos para criarem essas teorias e outras teses como se o ato de pensar, quando praticado por eles, não fosse limitado pelo corpóreo e pelos contextos que os envolveriam.

Cientistas e pesquisadores não são neutros. Leem os fenômenos a partir de horizontes interpretativos que os fazem mais ou menos sensíveis a alguns temas, mais ou menos observadores de alguns aspectos. Para compreender as dinâmicas do racismo, do sexismo, e

da intersecção entre eles, é preciso aprender a enxergá-los e a considerar essas realidades. Mas, obviamente, também é preciso ter o desejo de aprender. Nem todos o tem. Os horizontes interpretativos podem ser ampliados por meio de novas experiências de vida, de reflexão, de aprendizado. Contudo, nem todos desejam ampliar seus horizontes, principalmente quem se identifica como detentor da verdade.

Sabemos que as ciências humanas (e as ciências de modo geral) sempre tiveram dificuldade em admitir que a produção teórica correspondia aos horizontes interpretativos de quem a realizava. Além disso, também atendia aos interesses e aos horizontes interpretativos de quem a patrocinava. Na maioria das vezes, as pesquisas estão atreladas a interesses de quem as financia, aos interesses das instituições onde trabalham os pesquisadores e, ainda, aos interesses de quem define em quais temas se deve investir e a quem se deve fortalecer. Não à toa, embora haja pesquisadoras negras realizando investigações consistentes sobre intersecções entre raça e gênero (e tantas outras), raramente essas pesquisas são financiadas.

Tempos atrás, o sítio da FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo) publicou reportagem sobre financiamento de pesquisas na área da medicina, nos EUA. Dados preliminares indicavam que candidatos negros teriam 35% menos chances de ter solicitação de recursos aprovada do que candidatos brancos. Isso se deveria à avaliação tendenciosa dos revisores dos projetos. No momento do financiamento de pesquisas que poderiam resultar em novas descobertas, havia discriminação racial. Essa reportagem não era voltada às ciências humanas ou à questão racial ou de gênero, mas revelava a ausência de isenção no financiamento à pesquisa.

Considerando a todos esses fatores, penso que tenhamos que enfrentar quatro grandes desafios para o desenvolvimento de novas teorias, no seio das ciências humanas, que considere a interseccionalidade e as intersecções entre gênero e raça.

O primeiro desafio diz respeito ao financiamento de pesquisas que se voltem à compreensão dos fenômenos que afetam negros, mulheres e sobretudo as mulheres negras, criando condições materiais e objetivas para que pesquisadoras possam realizar investigações e dedicar-se à compreensão e à teorização sobre esse tema sem qualquer tipo de discriminação contra quem quer que apresente projetos. Para que isso ocorra, é preciso alterar as formas de avaliação de projetos impedindo que as proponentes sejam identificadas; e é urgente a diversificação do corpo revisor (ou a assessoria) das agências de fomento para que representem, de forma equilibrada, a composição da sociedade. O ponto de partida para essa diversificação está na valorização da produção científica de membros dos grupos sub representados.

O segundo desafio está na reformulação dos paradigmas para o conhecimento. É preciso explicitar que toda a produção científica se dá dentro de contextos e eles devem ser enunciados. Com isso não se pretende afirmar que as teorias devem defender pontos de vistas engajados. Eu creio que devemos sempre ter como *telos* a isenção e a busca pelo conhecimento que não seja tendencioso.

Entretanto, o que ocorre é que as investigações aceitas são aquelas conduzidas por homens brancos sem que se pare para questionar (como se faz com os demais grupos) se atenderiam a interesses, se estariam orientadas por backgrounds ou se seriam isentas. É como se as pesquisas feitas por esses cientistas resistissem, *per sí*, a todos os testes de falseamento ideológico e as realizadas por outros grupos, sobretudo negros e mulheres negras, sempre sucumbissem a todos os testes que deveriam corroborá-las.

Por isso, penso que os contextos das investigações devem ser explicitados em todos os casos. Isso ajudaria a anular a refutação de teorias e pesquisas por meio do argumento de que seriam engajadas e não apresentariam os critérios de universalidade, neutralidade, atemporalidade, logicidade e racionalidade que espontaneamente seriam encontradas nas pesquisas e teorias que, por mero acaso, teriam sido produzidas por homens brancos.

O terceiro desafio diz respeito aquilo que os conceitos raça e gênero designam. São conceitos que tentam definir realidades complexas, móveis, fluidas. Isso levaria as teorias voltadas a explicar essas realidades a se reconhecerem como necessariamente limitadas e provisórias, não podendo oferecer um conhecimento totalizante e que diga respeito a completude do fenômeno que buscam discutir. Esse é o tema de meu próximo livro sobre o qual falarei um pouco mais ao final deste texto.

O quarto e último desafio reside na própria ideia da interseccionalidade que indica a sobreposição de opressões. Isso gera um campo indefinido de dimensões que se cruzam sem que seja possível afirmar qual delas é a mais importante. Todas o são. Mas, como ainda lidamos com heranças do período colonial, penso que esse contexto sempre deva ser considerado quando tratamos da intersecção entre raça e gênero. Esse contexto é o que nos permite compreender as estruturas que levam as mulheres negras que vivem em áreas rurais a estarem em situação de maior vulnerabilidade dos que as mulheres brancas que vivem nos centros urbanos. Mesmo assim, seria possível indagar se não deveríamos considerar sexo, habilidades, cor, idade como elementos que poderiam definir novas dimensões para as opressões vivenciadas por essas mulheres negras. Ou seja, é possível que sempre haja aspectos novos a serem incorporados nas investigações que assumem a lógica da intersecção.

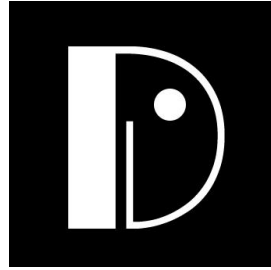
Minhas pesquisas recentes se destinam a pensar a categoria raça. Em meu projeto atual, analiso opiniões de profissionais do direito e de pessoas alvos de racismo para discutir a efetividade e eficácia da lei antirracismo. Um dos focos desta investigação é o de discutir a relevância socialmente dada à categoria raça como alicerce para políticas públicas e legislações. Ou seja, estudo os limites, as fronteiras e as possibilidades desta categoria.

Como dito, estou em processo de escrita de um livro sobre esse assunto. Uma das conclusões que já se esboça é que não se pode falar sobre raça sem considerar intersecções e modos multidimensionais de opressão. Vimos acima que as teóricas feministas negras, desde os anos 1970, já tratavam desta questão. Mas, se por um lado, isso é um ponto positivo em favor das teorias que fazem uso da ideia da interseccionalidade, por outro, cria complicadores para a proposição de políticas públicas e legislações.

Os campos fluidos e móveis de raça, gênero, interseccionalidade, que hoje reconhecemos e aceitamos, dificilmente encontrarão abrigo, sem que sejam descaracterizados, nas ciências e teorias que lidam com a necessidade de fixar e delimitar contornos.

Sabemos que, para a proposição de políticas públicas e legislações, é necessário definir, com precisão, os contornos daquilo que será abarcado, focalizado. Isso dificulta apreender (sem transformar ou alterar) as experiências que observamos e que são categorizadas/relacionadas com raça, gênero, negro e mulher negra. Nesse terreno de *aporias* proliferam os questionamentos às políticas públicas e às leis que foram implementadas fazendo uso destas categorias. Parafraseando Zygmunt Bauman, é como ler com as lentes das categorias rígidas e sólidas da Modernidade os fenômenos que, agora, são líquidos e multiformes.

São essas algumas das ideias com as quais estou trabalhando.



DISSONÂNCIA

ISSN: 2594-5025

TEORIA CRÍTICA E FEMINISMO
Volume 1, Número 2, Dezembro/2017
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH)
Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)

